



Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

**PROV - 312020**  
( relativo ao Processo 197302020 )  
Código de validação: A7B7E17FB9

Dispõe sobre a utilização do PjeCor, como sistema obrigatório de processamento de informações e prática de atos procedimentais no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

**O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 32, da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão) e pelo art. 30, XLVI, “a” e “e”, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça,

**CONSIDERANDO** que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Resolução nº 320, de 15/05/2020, instituiu a versão do PjeCor para uso das Corregedorias, possibilitando o processamento padronizado dos procedimentos administrativos;

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 11.419/2006 orienta a informatização dos processos, por ser um meio mais eficaz para tramitação;

**CONSIDERANDO** o prazo de 15 dias para apresentação do projeto de implantação do PjeCor, previsto no art. 5º do Provimento CNJ nº 102, de 08/06/2020;

**CONSIDERANDO**, por fim, que a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, em observância aos comandos da Constituição Federal, da lei infraconstitucional e do normativo do CNJ mencionados, deve definir regras mínimas para a implantação e utilização do PjeCor;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Determinar a implantação e a obrigatoriedade de uso do Sistema PjeCor, do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito desta Corregedoria, a contar da sua instalação, das classes e assuntos processuais constante no ANEXO deste Provimento.

**Parágrafo único.** Os processos atualmente em tramitação cujas classes constem do ANEXO poderão ser digitalizados e migrados para o PjeCor, de acordo com a necessidade apresentada (§ 4º, do art. 5º, do Provimento CNJ 102/2020).

**Art. 2º** Não se enquadrando o pedido/documento nas classes indicadas no ANEXO deste Provimento, a Corregedoria o receberá e tomará providências para que seja inserido no sistema DIGIDOC, com a devida comunicação ao interessado.





Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

**Art. 3º** O recebimento das petições e reclamações de partes que não tenham acesso ao PJeCor poderá ser efetuado pelo *e-mail* [pjeacor@tjma.jus.br](mailto:pjecor@tjma.jus.br), por atermiação presencial ou em meio físico, hipóteses em que será providenciada a autuação no sistema (art. 8º, I, do Provimento CNJ-102/2020).

**Art. 4º** A Assessoria de Informática da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão providenciará os perfis de acesso ao sistema entre magistrados e servidores da Corregedoria Geral (art. 8º, II, do Provimento CNJ-102/2020).

**§ 1º** Os magistrados poderão delegar a condição de procurador ou representante da unidade judiciária para um servidor (art. 8º, III, do Provimento CNJ-102/2020).

**§ 2º** A cientificação de magistrados, servidores e delegatários acerca da existência de processos relativos a eles em trâmite no PjeCor dar-se-á pelos meios admissíveis atualmente, sistema DIGIDOC, *e-mail*, Malote Digital ou uso de aplicativos de mensagens de telefonia móvel.

**Art. 5º** Para qualificação das partes envolvidas é necessário que conste as seguintes informações:

- I. nome completo;
- II. número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- III. domicílio (endereço);
- IV. endereço eletrônico;
- V. número de telefone móvel, se possuir.

**Parágrafo único.** Para a parte postulante, os requisitos I, II e III são obrigatórios.

**Art. 6º** As unidades judiciais, as direções do foro, as serventias extrajudiciais e as associações de magistrados, servidores, oficiais de justiça e notários e registradores deverão ser cadastradas pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão no PJeCor como entes e como procuradorias para que possam peticionar e receber as citações, intimações e notificações por meio do sistema PjeCor.

**Parágrafo único.** A distribuição das petições em geral e a juntada da resposta, dos recursos, quando couberem, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, serão feitas diretamente pelos agentes citados no *caput* deste artigo, sem necessidade da intervenção da Corregedoria.

**Art. 7º** Salvo disposição em contrário, as citações, as intimações e as notificações dos procedimentos que tramitarem no sistema PJeCor serão realizados pelo meio eletrônico, na forma da Lei nº 11.419/2006.

**§ 1º** Diante da impossibilidade de se realizar pelo meio eletrônico, qualquer dos procedimentos





Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

elencados no presente artigo, dar-se-á preferência à comunicação por *e-mail*, Malote Digital ou qualquer outra forma idônea que permita plena ciência, a exemplo de telefone ou mensagem por aplicativo.

**§ 2º** Serão observadas as regras ordinárias para a comunicação, quando frustradas as tentativas mencionadas no parágrafo anterior ou quando impostas por lei.

**Art. 8º** A contagem dos prazos das comunicações feitas por meio eletrônico dar-se-á na forma do art. 52, § 32, da Lei nº 11.419/2006 e do art. 21 da Resolução nº 185/2013-CNJ.

**Art. 9º** A consulta pública aos feitos em tramitação no PJeCor poderá ser feita por endereço eletrônico definido pela Corregedoria Nacional de Justiça, à exceção dos feitos submetidos a sigilo, de acordo com o disposto na Resolução nº 121/2010-CNJ.

**Art. 10.** A implementação ou a exclusão de classes e/ou assuntos, conforme Tabela Processual Unificada - TPU, dos processos e procedimentos administrativos, deverão ser submetidas previamente à análise do Corregedor-Geral da Justiça do Maranhão.

**Art. 11.** Os casos omissos serão decididos pelo Corregedor-Geral da Justiça do Maranhão.

**Art. 12.** Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se com divulgação no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, na página da Corregedoria Geral da Justiça, para conhecimento de todos(as) os(as) Senhores(as) Juízes(as) de Direito do Estado e Secretários(as) Judiciais.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís(MA), aos 24 dias do mês de junho de 2020.

Desembargador PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA  
Corregedor-geral da Justiça  
Matrícula 126599

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 24/06/2020 18:48 (PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA)





## ANEXO PROVIMENTO - Classes e Assuntos iniciais para implantação do PJeCor no âmbito da CGJ-MA

### 1. PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS (Classe 1199): PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS | Pedido de Providências.

Assuntos:

<b>Providência</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Atos Administrativos   Providência).	12463
<b>Tabelionatos, Registros, Cartórios</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Serviços   Concessão / Permissão / Autorização   Tabelionatos, Registros, Cartórios)	10083
<b>Intimação</b> (DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO   Objetos de cartas precatórias/de ordem   Intimação).	11782

### 2. CONSULTA ADMINISTRATIVA (Classe 1680): PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS | Consulta Administrativa

Assuntos:

<b>Ato normativo</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Atos Administrativos   Ato Normativo)	11899
<b>Competência do Órgão Fiscalizador</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Atos Administrativos   Fiscalização   Competência do Órgão Fiscalizador)	10928

### 3. ATO NORMATIVO (Classe 11888): PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS | Ato Normativo

Assuntos:

<b>Ato normativo</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Atos Administrativos   Ato Normativo)	11899
<b>Recomendação</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Atos Administrativos   Ato Normativo   Recomendação)	11901
<b>Providência</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Atos Administrativos   Providência)	12463

### 4. REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO (Classe 256): PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS | Representação por Excesso de Prazo.

Assuntos:

<b>Morosidade no Julgamento do Processo</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Agentes Políticos   Magistratura	11950
---	-------



Morosidade no Julgamento do Processo)	
---------------------------------------	--

#### PROCEDIMENTOS DE NATUREZA DISCIPLINAR:

#### **5. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO (Classe 1264):** PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS | Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado.

Assuntos:

<b>Processo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Agentes Políticos   Magistratura   Processo Disciplinar / Sindicância)	10190
<b>Processo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Agentes Políticos   Ministério Público   Processo Disciplinar / Sindicância)	10197
<b>Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Militar   Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância)	10363
<b>Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)	10279

#### **6. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR (Classe 1262):** PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS | Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor.

Assuntos:

<b>Processo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Agentes Políticos   Magistratura   Processo Disciplinar / Sindicância)	10190
<b>Processo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Agentes Políticos   Ministério Público   Processo Disciplinar / Sindicância)	10197
<b>Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Militar   Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância)	10363
<b>Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)	10279



## 7. SINDICÂNCIA (Classe 1308): PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS | Sindicância

Assuntos:

<b>Processo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Agentes Políticos   Magistratura   Processo Disciplinar / Sindicância)	10190
<b>Processo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Agentes Políticos   Ministério Público   Processo Disciplinar / Sindicância)	10197
<b>Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Militar   Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância)	10363
<b>Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)	10279

## 8. RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR (Classe 1301): PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS | Reclamação Disciplinar

Assuntos:

<b>Processo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Agentes Políticos   Magistratura   Processo Disciplinar / Sindicância)	10190
<b>Processo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Agentes Políticos   Ministério Público   Processo Disciplinar / Sindicância)	10197
<b>Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Militar   Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância)	10363
<b>Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)	10279

### PROCEDIMENTOS DE NATUREZA RECURSAL:

## 9. RECURSO ADMINISTRATIVO (Classe 1299): PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS | Recurso Administrativo.

Assuntos:

<b>Processo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Agentes Políticos   Magistratura   Processo Disciplinar / Sindicância)	10190
---	-------





<b>Processo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Agentes Políticos   Ministério Público   Processo Disciplinar / Sindicância)	10197
<b>Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Militar   Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância)	10363
<b>Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)	10279

**10. RECURSO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE SERVIDOR (Classe 1309):** PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS | Recurso em Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor.

Assuntos:

<b>Processo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Agentes Políticos   Magistratura   Processo Disciplinar / Sindicância)	10190
<b>Processo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Agentes Políticos   Ministério Público   Processo Disciplinar / Sindicância)	10197
<b>Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Militar   Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância)	10363
<b>Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância</b> (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO   Servidor Público Civil   Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)	10279

**Observação:** Outras “Classes e Assuntos” poderão ser implantadas de acordo com a necessidade da demanda.